



Doc. 2

Nota Técnica 02.2023-SF. Denúncia 1120230 TCE



COMPROVANTE DE TRAMITAÇÃO

Processo: 20014/2023

Requerente: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Assunto: COMUNICADO INTERNO

Subassunto: Comunicado Interno

Origem:

Usuário: MAURO ALVES DA SILVA JUNIOR

Repartição: GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS 2017-2020

Data/Hora: 23/03/2023 14:18

Observação: segue nota tecnica.

Ass: _____

Destino:

Repartição: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - 2017 - 2020

Responsável: DEMETRIUS AMARAL BELTRAO

Data/Hora: 23/03/2023 14:18

Ass: _____

Recebido por: _____

Data/Hora: ____/____/____ : ____

Protocolo 677/2023
24/03/2023

Nota técnica 02/2023 –SF

Objetivos

Apresentar em caráter de esclarecimento a fundamentação legal, bem como as razões de defesa quanto à conclusão feita após análise técnica de unidade competente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Geral (TCE-MG), referente à denúncia protocolada no dia 18/07/2022, na qual se tem como objeto de apontamento o Edital do Pregão Eletrônico nº 86/2022, processo licitatório 160/2022, de competência deste Município.

Dados da Licitação

Objeto: Contratação para fornecimento de sistema informatizado de gestão, incluindo serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico, para atender as necessidades das Secretarias e Superintendências da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Modalidade: Pregão;

Tipo: Menor Preço;

Data da publicação do edital: 07/07/2022;

Fatos

01- Julgamento pela procedência da denúncia no seguinte fato:

- Do registro de preços de serviços continuados;

02- Julgamento pela procedência parcial da denúncia nos seguintes fatos:

2.1 Da implantação e migração;

2.2 Das irregularidades na prova de conceito – subjetividade, prazo exíguo, requisitos técnicos excessivos.

Defesa

Fato 01

Considerando que no relatório técnico emitido pelo TCE-MG, UNIDADE CFEL-COORD.DE.FISC. DE EDITAIS DE LICITAÇÃO, optou pela procedência deste fato, diante disto aduzimos os seguintes argumentos:

A natureza continuada dos serviços não tem o condão de impedir, por si só, a utilização do sistema de registro de preço para sua contratação, desde que devidamente fundamentada. (Jurisprudência TCE, Processo nº 1007540, Natureza: Denúncia);

Neste sentido não restou dúvidas que a decisão pela utilização do sistema de registro de preços foi amplamente justificada, observando o que determina os incisos I e III do Art. 3º Do Decreto nº 7892 DE 23 de janeiro de 2013.

Art. 3º O sistema de registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem, ou serviço, houver necessidades de contratações frequentes;

(....)

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

Para elucidação deste entendimento, optou-se pelo sistema de registro de preços uma vez que o certame em epígrafe visa à contratação de serviços continuados, indispensáveis para o bom funcionamento da Administração Pública, ficando evidenciado no edital através do Anexo I – Termo de referência, que melhor atendia aos objetivos da Administração do caso concreto.

Anexo I – Termo de referência

17. DA MODALIDADE

(...)

Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, descomplicando procedimentos para contratação de materiais e/ou serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano em Ata para quando surgir à necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens. Assim, buscamos enquadramento no Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, artigo 3º, inciso I, III e IV

(...)

Os incisos mencionados se enquadram no caso em tela uma vez que a utilização das implantações de sistema de gestão faz-se necessário pela imprescindibilidade de suprir demanda de serviços de adequações, personalizações e demais serviços que necessitam constantemente, não sendo possível mensurar com exatidão a quantidade a ser necessário mensalmente. Neste diapasão o Sistema de Registro de Preços se mostra a ferramenta ideal para que a contratação alcance o interesse público da melhor maneira, alocando os recursos públicos de forma eficiente, maximizando os ganhos e minimizando os custos, haja vista que por meio do Sistema de Registro de Preços o Município de Pouso Alegre/MG conseguirá requerer serviços de acordo com a demanda.

O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013, que são elas: necessidade de contratações frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

O regulamento determina que as licitações para registro de preços possam ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. Como o objeto se enquadra em objeto de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, conforme dispõe a Lei nº 10.520/2002, o objeto pode ser licitado, visto que de adequa às hipóteses previstas no referido artigo 3º.

O procedimento de Sistema de Registro de Preço, segundo Marçal Justen Filho¹, “apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública”. Tal o é que, diante de situação que se amolde às hipóteses previstas no art. 3º do Regulamento, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção. Da leitura das hipóteses citadas, justifica-se a adoção da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Acrescento ainda que a realização do presente certame buscou atender os demais órgãos da Administração Pública Municipal de Pouso Alegre – MG, sendo eles a Câmara Municipal e o Instituto de Previdência – IPREM, visando as determinações do decreto 10540/2020, que dispõe sobre padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, claramente em seu Art. 1º.

Decreto 10540/2020

Art. 1º A transparência da gestão fiscal de todos os entes federativos em relação à adoção de Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - Siafic, será assegurada pela observância do padrão mínimo de qualidade estabelecido neste Decreto e do disposto no art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, sem prejuízo de outras disposições previstas em lei ou em atos normativos aplicáveis.

Ainda que a implantação do sistema só ocorra uma vez e a manutenção do seu funcionamento seja permanente, o que permitiria a adoção de outro método licitatório, para vários itens licitados o sistema de registro de preços é essencial para assegurar a economicidade e a eficiência da contratação, Princípios Constitucionais norteadores da boa gestão pública.

Por fim de todo o exposto ficou esclarecido definitivamente que a opção pela utilização da modalidade registro de preço, prevista no Art. 15º, da Lei 8666/93, não ocasionou

nenhum dano ao erário, reconhecido brilhantemente pela própria técnica Analista Natália Tarabal Oliveira, no item 2.6.8, do relatório técnico emitido pelo TCE-MG, UNIDADE CFEL-COORD.DE.FISC. DE EDITAIS DE LICITAÇÃO.

Fato 2.1

A Administração Municipal de Pouso Alegre em um passado não muito distante enfrente inúmeras dificuldades para ter acesso ao seu banco de dados de outras empresas fornecedores de sistema de gestão, ocasionado demandas judiciais e prejuízos incalculáveis, o que fez a Administração tomar todas as medidas que julgou necessárias para o respaldo técnico Administrativo, para a elaboração dos termos e exigências objeto deste questionamento.

Vale ressaltar que os termos definidos no Edital e devidamente publicados, não foi objeto de nenhuma impugnação e questionamento na forma administrativa, o que ensejou e balizou o indeferimento do pedido de liminar feito pela denunciante, cujo nobre conselheiro Claudio Couto Terrão, que de posse do Edital opinou pelo prosseguimento da realização do processo licitatório.

Quanto à alegação no que se refere à migração e implantação, trazidas aos autos não condiz com a efetiva prestação dos serviços, visto que todas as informações necessárias quanto a quantificação dos números e usuários, bem como das horas de treinamento para cada módulo estão explicitamente no Termo de referencia do Edital.

Quanto à alegação de suposta ausência de informações acerca do banco de dados a serem migrados, mais uma vez o Edital trás de forma nítida, a informação que o contratado teria acesso total aos dados, no momento da implantação, o que subentende ser de praxe, e de rotinas nos procedimentos de mudanças/migrações de sistemas, não sendo de caráter esporádico de nenhuma das empresas de que se digne apta a participar de certames desta natureza.

Por fim, cumpre dizer que as definições inerentes aos requisitos tecnológicos a serem cumpridos pelo sistema são claras. A título de exemplo, o item 12 se refere ao Ambiente Computacional e o item 13 quanto ao Padrão Tecnológico a serem atendidos.

Fato 2.2

Quando decidido à forma em que seriam conduzidos todos os critérios técnicos para estabelecer os parâmetros necessários na contratação, foram baseados em inúmeros estudos e experiências adquiridas na prática e históricos de contratações deste município, bem como as exigências e padrões mínimos estabelecidos no Decreto 10540/2020, a Lei 101/2000, e as próprias exigências normativas e de conhecimento do próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE MG.

No que se refere aos requisitos técnicos excessivos, não podem prosperar, visto que após a realização do certame, a empresa na qual apresentou a melhor proposta financeira, de maneira informal justificou o não comparecimento para a realização da prova de conceito, ou seja, podemos notar que não houve nenhum questionamento da mesma, no que se refere aos requisitos da prova.

Seguindo o rito processual licitatório que determina as Leis pertinentes, convocou-se a segunda colocada, a qual compareceu para a realização da prova de conceito, atendendo os percentuais e as competências técnicas exigidas, sendo a avaliação técnica devidamente documentada e podendo ser comprovada aos autos do processo licitatório.

Quanto ao prazo exíguo questionado pela denunciante, cabe destacar que conforme disposição expressa do item 9.3 do Edital está assegurada à empresa declarada provisoriamente vencedora o prazo de 10 (dez) dias úteis para a realização da prova de conceito. Ao contrário do alegado, o dispositivo não dá à Administração a possibilidade de convocar arbitrariamente a prova de conceito, por exemplo, com apenas 1 (um) dia de antecedência. Ele a rigor estabelece, como é lógico e necessário, um prazo máximo para que a prova se realize, ao mesmo tempo em que garante ao licitante provisoriamente vencedor a possibilidade de usá-lo integralmente, até o décimo dia útil, o que, de fato, ocorreu. Durante a sessão pública de pregão, findada a fase de lances, o pregoeiro oportunizou à empresa arrematante a escolha de data de melhor conveniência para a elaboração da prova de conceito, que, evidentemente, deveria ocorrer dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis

Fundamentação Legal

Lei 8666/93

Decreto nº 7.892/2013

Decreto 10.540/2020



Jurisprudência TCE, Processo nº 1007540, Natureza: Denúncia.

Conclusão

Diante de todo o exposto fica evidente que todos os atos praticados por este Secretário que lhe subscreve foram tomados com prudência, responsabilidade, transparência e norteado pelos pareceres jurídicos e técnicos pertinentes, para o bom e fiel cumprimento do dever legal.

Nesse sentido solicito que seja elaborada a presente defesa em consonância com o processo administrativo de licitação, bem como quais as informações descritas nesta e demais diligências que o S.r. Procurador julgar necessário.

Em tempo, cumprimento-o cordialmente e renovo os votos de estima e consideração.

Pouso Alegre, 23 de março de 2023.

SILVESTRE CANDIDO
DE SOUZA
TURBINO:53788273615

Assinado de forma digital por
SILVESTRE CANDIDO DE SOUZA
TURBINO:53788273615
Dados: 2023.03.23 13:34:27
-03'00'

Silvestre Cândido de Souza Turbino

Secretário Municipal de Finanças